

Ulysses se define por

CORREIO BRAZILIENSE *Brasília, segunda-feira, 18 de maio de 1987* 3

parlamentarismo misto

Mandato, inclusive de Sarney, terá cinco

FOTOS: SERGIO SEIFFERT

anos. Decisão agora vai emendar projeto de Fogaça

O presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, defendeu ontem, após reunião em sua casa, que contou com a participação de 11 parlamentares, além do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, a adoção no Brasil de um sistema de governo misto. Para Ulysses, que baseou seu raciocínio em projeto formulado pelo jurista Miguel Reale Júnior, e que será subscrito pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, seria bom para o País manter a figura do presidente da República, criar o primeiro-ministro e fortalecer o Legislativo.

— Sou favorável ao presidencialismo, mas não da forma como ele se encontra hoje no Brasil, extremamente imperial. Entendo que não deveríamos marchar para um parlamentarismo ortodoxo, em função da tradição que temos de eleger o presidente, justificou-se. Durante a reunião na casa do presidente do PMDB nenhum outro assunto, além do sistema de governo, foi tratado.

Para Ulysses Guimarães esta questão é o "coração da Constituinte e da própria Constituição", pois "se o governo vai dar resposta às necessidades do País, o sistema de governo não pode ser deixado de lado". A questão da duração do mandato do presidente José Sarney, segundo o anfitrião, não foi discutida, porque será uma conse-

quência natural da discussão sobre o sistema de governo. "Os debates vão prosperar", previu Ulysses, "inclusive com consulta ao próprio Presidente, se for o caso", disse.

Ainda em defesa da sua tese, o deputado Ulysses Guimarães esclareceu que a definição do sistema de governo deve ser feita com a calma e a prudência necessárias, por exemplo, para evitar a adoção de um sistema parlamentar no plano nacional e de um sistema presidencial nos governos estaduais. "Será preciso levar o sistema parlamentar aos Estados também, se essa for a opção", avisou, sem descartar tal possibilidade. De qualquer maneira, Ulysses afirmou que defenderá o projeto de Miguel Reale como "ponto de partida", fazendo questão de esclarecer que os participantes da reunião não assumiram qualquer compromisso nesse sentido.

— Foi apenas um debate de idéias. Afinal, o ofício dos políticos é se reunir e conversar. O carro do político anda com a saliva da conversa. Quem não conversa não pode prosperar", comparou, bem-humorado, o presidente do PMDB.

PARTICIPANTES

A reunião convocada por Ulysses Guimarães levou a sua casa 11 parlamentares do PMDB. O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda

da Pertence, compareceu também, mas antes de entrar disse que estava apenas fazendo uma visita de "cortesia". Pertence, entretanto, admitiu que a conversa certamente iria correr para o lado da política e até deu um palpite: o mandato do presidente José Sarney deve ser determinado pela Constituinte.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE), que vem coordenando reuniões entre seu partido e os pequenos partidos, no sentido de obter um entendimento para superar a crise, também chegou cedo. Ele entrou logo depois de Sepúlveda Pertence e tinha em mãos o documento com propostas formuladas em reunião realizada na véspera entre ele e líderes dos "nanicos".

Ulysses recebeu esse documento, mas ao comentá-lo, após a reunião, não deu muitas informações. "É uma mobilização em fase embrionária, mas que pode prosperar. A idéia é fazer agora o que se fez, em termos de mobilização partidária, durante a campanha pelas diretas", disse o presidente do PMDB.

Participaram também da reunião o presidente do Senado, Humberto Lucena (PB); o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC); o senador Almir Gabriel (PA) e os deputados Prisco Viana (BA), Heráclito Fortes (PI), Cid Carvalho (MA), Antônio Mariz (PB) e Francisco Rollemberg (SE).

Maurílio pretende evitar confronto

Mandato de cinco anos para os Presidentes da República, incluindo o de Sarney, e a instituição de um sistema de governo pseudoparlamentarista onde os poderes do primeiro-ministro são semelhantes aos conferidos hoje ao chefe do Gabinete Civil. Com estes ingredientes e o importante apoio do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) apresentou ontem um conjunto de sete emendas ao anteprojeto do senador José Fogaça na Subcomissão do Poder Executivo.

O texto da proposta foi redigido pelo jurista Miguel Reale Júnior durante uma longa reunião na residência do deputado Ulysses Guimarães.

CONFLITO

Ao divulgar o conteúdo de suas emendas no final da tarde de ontem, Ferreira Lima acusou o projeto do senador Fogaça de "abrir as portas do País ao confronto", na medida em que reduz drasticamente as atribuições conferidas ao Presidente da República. "Como se concebe que um presidente eleito por mais de vinte milhões de votos não disponha de poderes efetivos para governar?", indagou o deputado.

Com esta preocupação, segundo o relato de Maurílio, os participantes da reunião da casa de Ulysses passaram o dia

discutindo uma fórmula capaz de assegurar, de uma lado, o exercício do poder pelo Presidente da República, e de outra parte atender os anseios do Congresso Nacional em ter as suas prerrogativas restabelecidas.

Pela proposta do deputado pernambucano, é o Presidente da República quem exerce a direção superior da administração federal. Ao contrário do projeto de José Fogaça, que conferia esta atribuição ao primeiro-ministro, o plano de Governo também será elaborado pelo chefe da Nação.

Outros superpoderes do Presidente, na forma das emendas de Maurílio: iniciar o processo legislativo, sancionar leis, expedir decretos, vetar projetos e dispor, conjuntamente com o primeiro-ministro, sobre a estruturação e funcionamento dos órgãos da administração federal. E os dois pontos mais importantes: exercer o comando supremo das Forças Armadas e enviar a proposta de orçamento ao Congresso Nacional.

O deputado também estabelece a forma de nomeação do primeiro-ministro. Ele será indicado pelo Presidente ao Congresso, que poderá confirmá-lo ou derrubá-lo por maioria absoluta. Isto apenas duas vezes porque, após duas rejeições consecutivas, o Presidente da República ganha o direito de escolher livremente o seu

primeiro-ministro — no projeto do senador Fogaça, a terceira indicação ficava a cargo do Congresso.

"Em caso de fundada incompatibilidade", dizem as emendas, o primeiro-ministro poderá ser sumariamente demitido pelo chefe da Nação. O Congresso também tem este poder, através de moção de censura aprovada pela maioria dos parlamentares.

São as seguintes as principais atribuições conferidas ao primeiro-ministro do pseudoparlamentarismo: promover a unidade de ação governamental, coordenando a atuação dos ministérios; expor e debater o plano de Governo do Presidente com o Congresso Nacional; atuar como elemento de mediação entre o Presidente e os parlamentares; e opinar (no projeto de Fogaça ele é quem o designava) sobre a nomeação dos ministros de Estado.

No que concerne à eleição do Presidente da República, a proposta mantém o pleito direto, em dois turnos, já previsto pelo parecer de Fogaça. A importante inovação é que amplia o mandato presidencial, dos quatro anos fixados pelo relator da Subcomissão do Poder Executivo, para um período de cinco anos. O deputado Ferreira Lima argumenta que esta é "a tradição brasileira".